

OFICINA DO ELEITOR: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO FERRAMENTA INTEGRATIVA DO CONHECIMENTO E FORMAÇÃO CÍVICA-ELEITORAL DOS JOVENS DE DIANÓPOLIS-TO

VOTER'S WORKSHOP: UNIVERSITY EXTENSION AS AN INTEGRATIVE TOOL FOR KNOWLEDGE AND CIVIC-ELECTORAL TRAINING OF YOUNG PEOPLE IN DIANÓPOLIS-TO

Jacira Fernandes Sousa 1
Renata Salomão Gonçalves Lesse 2

Resumo: A participação dos jovens brasileiros de 16 a 18 anos no processo eleitoral é essencial para fortalecer a democracia e renovar a política no país. Porém, a falta de informação no Ensino Médio e a complexidade do sistema político muitas vezes desmotivam essa faixa etária. Para mudar isso, foi desenvolvido um projeto de extensão universitária, com o objetivo de instruir esses jovens acerca dos direitos e deveres do eleitor, bem como sobre a organização político-administrativa do Brasil. Foi utilizada a metodologia ativa de "rotação por estação", em formato de cinco "stands" expositivos, os quais contemplaram os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 4, 16 e 17 da Agenda 2030 da ONU, além de uma dinâmica de perguntas e respostas do conteúdo apresentado nos "stands", com distribuição de prêmios, para incentivar o aprendizado de forma lúdica. O projeto resultou na conscientização dos jovens sobre seus direitos e deveres como eleitores, promovendo o voto consciente.

Palavras-chave: Extensão universitária. formação cívica-eleitoral. Jovens. ODS. Dianópolis-TO.

Abstract: The participation of young Brazilians aged 16 to 18 in the electoral process is essential to strengthen democracy and renew politics in the country. However, the lack of information in High School and the complexity of the political system often discourage this age group. To change this, a university extension project was developed with the objective of instructing these young people about the rights and duties of voters, as well as the political-administrative organization of Brazil. The active methodology of "station rotation" was used, in the format of five expository "stands," which addressed the Sustainable Development Goals 4, 16, and 17 of the UN 2030 Agenda, in addition to a dynamic of questions and answers about the content presented in the "stands," with the distribution of prizes to encourage learning in a playful way. The project resulted in raising awareness among young people about their rights and duties as voters, promoting conscious voting.

Keywords: University extension. Civic-electoral education. Youth. SDGs. Dianópolis-TO.

-
- 1 Acadêmica do Curso de Direito. Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), discente do curso de direito, Câmpus Dianópolis-TO, Brasil. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7746935899981779>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-4007-4746>. E-mail: jacirasousa@unitins.br
 - 2 Professora Mestra, do Curso de Direito. Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), Câmpus Dianópolis-TO, Brasil. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3472376561923305>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8752-8740>. E-mail: renata.sg@unitins.br

Introdução

A participação ativa dos jovens brasileiros de 16 a 18 anos no processo político é de extrema importância para o fortalecimento da democracia e a renovação política no país. Contudo, essa participação muitas vezes é dificultada pela complexidade do sistema político brasileiro e pela falta de informação, o que pode gerar um desinteresse generalizado sobre o tema nessa faixa etária. Segundo censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de jovens de 16 a 18 anos com título de eleitor em 2022, até agora, representa cerca de 13,6% do total de habilitados para tirar o documento. Em fevereiro de 2018, o percentual era de 23,3%.

Discutir o processo de um sistema eleitoral com os jovens é importante não só para o futuro da sociedade, mas também para o presente. No entanto, essa faixa etária é muito subestimada quando se trata do conhecimento e participação do sistema político que, por ser um assunto complexo, acaba sendo visto com desinteresse pela maior parte desse grupo juvenil. Análogo a isso, Augusto (2008, p. 164) complementa que “os jovens tendem a olhar para a política como ‘o que acontece no parlamento’ e não tanto como ‘algo que afeta a minha vida’ ”.

É fundamental a compreensão, nessa expressiva parcela da sociedade brasileira, de que o voto é mais do que apenas um dever cívico; é uma maneira de se expressar, escolher e posicionar-se diante das decisões que envolvem o futuro da comunidade e toda a sociedade, pois, “a omissão do eleitor pode tornar ainda mais grave o atraso socioeconômico das áreas pobres do país” (Soares, 2004, p. 4).

Como seria possível engajar os jovens de 16 a 18 anos do município de Dianópolis-TO ao processo eleitoral de forma consciente e conhecedores de seus direitos e deveres de eleitor? Diante dessa problemática, vê-se a necessidade de implementação de iniciativas socioeducativas que torne a participação política dos jovens mais acessível e didática.

Nesse contexto, se insere o projeto “Oficina do Eleitor”, com uma proposta direcionada à educação e conscientização dos jovens, especialmente aqueles que se preparam para participar de sua primeira experiência eleitoral. Logrado no município de Dianópolis-TO, o projeto de extensão tornou-se viável a partir da proposta avaliativa da disciplina “Ciência Política e Teoria Geral do Estado”, a qual compõe o Programa de Curricularização da Extensão Universitária, do curso de Direito de uma Instituição de Ensino Superior (IES) do Tocantins.

A partir da proposta do Plano de Ensino da disciplina, os universitários foram orientados a buscar dentro da comunidade, na qual a Universidade está inserida, uma proposta de solução de problema de um grupo vulnerável, a partir de um projeto de extensão que contemplasse o conteúdo estudado em sala de aula da disciplina promovendo uma integração da teoria e da prática, incentivando a formação de habilidades e competências importantes, como trabalho em equipe, pensamento crítico, resolução de problemas e comunicação.

Em busca de uma garantia de participação constante desse eleitorado, tornando- os mais ativos na determinação do destino da coletividade a que pertencem, o projeto buscou um diálogo mais comum e moderno com esse público-alvo, ao passo que também foi educativo, ao instar os discentes universitários a ter uma integração da teoria e da prática.

Assim, o objetivo geral do projeto “Oficina do Eleitor” foi de instruir os jovens de 16 a 18 anos do município de Dianópolis-TO acerca da organização político e administrativa do Brasil, bem como dos direitos e deveres do eleitor. Para tanto, traçou-se como objetivos específicos pesquisar quais são as funções dos agentes públicos de cargos eletivos dos poderes legislativo e executivo nos níveis federais, estaduais e municipais da federação brasileira; pesquisar sobre a organização político e administrativa do Brasil; desenvolver parcerias com os setores público, privado e terceiro setor na realização do projeto; e executar dinâmicas interativas e elucidativas, que envolva e sensibilize a participação dos jovens na vida política do país, por meio do voto.

Neste contexto, o projeto “Oficina do Eleitor” observou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. Contemplou o ODS 4: Educação de Qualidade, ao fornecer educação e conscientização sobre o sistema político e os direitos eleitorais para os jovens.

Com relação ao ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes, o projeto fortaleceu as instituições democráticas e promoveu meios de fazer a sociedade mais justa e pacífica, ao trazer a compreensão dos direitos e deveres como eleitores e a participação ativa na vida política são pilares para a eficácia

das instituições e para a manutenção da paz social.

As parcerias que foram feitas para apoiar o projeto, com informações, imagens, dados, cartilhas, doações atingiram o ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação, pois a colaboração entre as diversas instituições dos setores públicos e privados demonstraram como se torna mais fácil alcançar os objetivos e desenvolvimento dos projetos com esse somatório de forças.

Ademais, o projeto demonstra relevância acadêmica, jurídica e social. Tem importância acadêmica, pois oferece oportunidade de pesquisa e aprendizado para estudantes interessados na área da política, serve como um treinamento prático de como exercer o voto e alimenta os estudos acadêmicos com os dados coletados; jurídica, ao conscientizar e alertar esses jovens sobre os direitos eleitorais, ajudar no combate a desinformação e mitos sobre o processo eleitoral e oferecer um treinamento de como exercer o voto de maneira correta; e social, por promover um maior fortalecimento da democracia, educar os jovens sobre questões políticas e seus impactos no ambiente social e impulsionar um maior envolvimento do grupo juvenil no processo democrático.

Metodologia

A metodologia utilizada no projeto foi proposta pelo Plano de Ensino da disciplina “Ciência Política e Teoria Geral do Estado”, a qual compõe um Programa de Curricularização da Extensão Universitária, do curso de Direito de uma IES do Tocantins. Como meio avaliativo foram propostas duas ações. A primeira avaliação consistia na apresentação de um projeto de ação de extensão universitária, na forma escrita e oral, introduzindo e justificando a relevância do tema, objetivos geral e específicos, metodologia e referências bibliográficas.

A segunda avaliação consistia na execução da ação em si, além da entrega de relatório final da disciplina, apresentando o título da ação, público-alvo, objetivo geral e objetivos específicos, relato detalhado e fotográfico das ações realizadas no projeto, resultados quantitativos e qualitativo do projeto, dificuldades encontradas, quadro com a divisão de tarefas individuais realizadas.

Utilizando-se a como proposta pedagógica a Aprendizagem Baseada em Problemas, também conhecida pelo termo em inglês Problem Based Learning (PBL), esta metodologia prevê que a aprendizagem significativa baseada na solução de problemas seja utilizada como base para identificar os temas de aprendizagem para o estudo dos alunos, de maneira individual ou em grupos.

A proposta do Plano de Ensino orientava os discentes de Direito desenvolver o projeto a partir da busca dentro da comunidade na qual a Universidade está inserida, uma proposta de solução de problema de um grupo vulnerável, a partir de uma ação de extensão que contemplasse o conteúdo estudado em sala de aula da disciplina, promovendo uma integração da teoria e da prática, incentivando a formação de habilidades e competências importantes, como trabalho em equipe, pensamento crítico, resolução de problemas e comunicação.

Assim, foi proposto o seguinte esquema metodológico, seguindo a ordem dos seguintes passos: 1) Seleção do tema; 2) Definição do objetivo do projeto; 3) Planejamento do projeto; 4) Pesquisa; 5) Apresentação do projeto; 6) Execução do projeto; 7) Reflexão sobre o processo; 8) Avaliação.

Para as etapas 1 e 2, deverão ser investigados problemas locais da comunidade, partindo de como, ou a partir das soluções jurídicas que o curso e o profissional do Direito podem desenvolver. Para identificar os problemas e necessidades da comunidade, sugere-se que sejam respondidas as perguntas: 1) Quais as necessidades/serviços mais urgentes para a comunidade estudada?; 2) Qual aspecto da comunidade poderia melhorar?; 3) Cite 3 coisas que poderiam ser mudadas e por quê?; 4) Quais os grupos mais vulneráveis naquela comunidade?; 5) Quais as orientações, recursos ou treinamentos que essa comunidade mais precisa?

Para as etapas 3,4 e 5, deve-se definir os objetivos e metas; as estratégias pedagógicas; os recursos necessários; nível de aplicabilidade do projeto; visibilidade para a instituição; impacto interno da ação; impacto externo da ação; importância para a formação acadêmica do aluno; coerência entre objetivos e a fundamentação teórica/metodológica, os quais deveriam contemplar alguns Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Apresentação do projeto deverá ser acompanhada de recebimento de feedback da proposta pelo professor orientador.

Para as etapas 6, 7 e 8, fases de implementar e avaliar a ação, é importante que a implementação do projeto deve ser feita de forma participativa e envolver os membros da comunidade. É importante que o projeto seja avaliado continuamente, buscando identificar seus pontos fortes e fracos e promovendo ajustes e melhorias necessárias para garantir a efetividade e sustentabilidade do projeto.

Assim, os alunos escolheram como público-alvo os alunos do 3º ano do Ensino Médio de uma escola de Dianópolis-TO, pois a idade desses alunos variava ente 16 e 18 anos, jovens eleitores prestes a ter a primeira experiência com o voto. Utilizou-se a metodologia ativa de “rotação por estação”, em formato de cinco “stands” expositivos, nos quais os discentes universitários discorreram para os discentes do ensino médio, conceitos sobre: democracia, representatividade, cargos políticos, importância do voto e o museu do voto, conforme idealizados pelos discentes universitários na figura abaixo:



Fonte: Acervo artístico da turma.

Após a exposição, foi aplicada uma dinâmica de perguntas e respostas do conteúdo apresentado nos “stands”, com distribuição de prêmios, para incentivar o aprendizado de forma lúdica, estimulando a colaboração, a comunicação, o pensamento crítico e a resolução de problema.

Desenvolvimento, resultados e discussão

O projeto foi introduzido no início do ano a partir do dia 06 de fevereiro de 2024, sendo destrinchado ao longo do período letivo, que se findou no dia 18 de junho de 2024.

Nos meses de fevereiro e março, as aulas foram expositivas e dialogadas, ocorrendo diversos debates e dinâmicas em sala de aula sobre a bibliografia proposta pela Professor da disciplina. Foi explicado que as diferentes dinâmicas eram para despertar nos acadêmicos as competências como pesquisa, falar em público, trabalhar em grupo, criatividade e visão crítica do mundo.

Além, das aulas presenciais, foram realizadas reuniões por videoconferências para organização do pré-projeto com o intuito de realizar definições do tema e divisão de tarefas na pesquisa, confecção do projeto escrito e apresentação.

No mês de abril, os alunos participaram de palestras realizadas por meio de parcerias com a Justiça Eleitoral, a Instituição de Ensino Superior. Outras parcerias Institucionais, da iniciativa privada e o terceiro setor foram realizadas, de modo a angariar conhecimento, informações, brindes e doações para execução do projeto.

Tais parcerias ajudaram na divulgação do nome da IES nos diversos setores da sociedade, o que contribuiu para estreitar a relação da Universidade junto à população, bem como fortalecer a visão interna da própria Universidade, já que os próprios acadêmicos das outras turmas e cursos, puderam acompanhar a movimentação do projeto por meio dos vídeos de anúncio da “Oficina do Eleitor”, o que também contribuiu para disseminação da informação e do conhecimento científico.

Foram feitas publicações nas mídias sociais como WhatsApp, Instagram dos alunos e site da

UNITINS antes e depois da conclusão do projeto, vídeos explicativos sobre o projeto contou com a participação do intérprete de LIBRAS, a fim de alcançar o maior público possível.

Após pesquisas para confecção de conteúdos para educar os jovens acerca da estrutura e funcionamento do Estado brasileiro e suas instituições políticas, foi proposto uma oficina baseada na metodologia ativa “Rotação por estação”, inspirada numa aula na qual o professor utilizou esta metodologia ativa utilizada em sala de aula. Desta maneira, os alunos dividiram os assuntos a serem abordados em cinco estações (stands), onde o conteúdo era ministrado de forma rápida e direta, aproximadamente 5 minutos por stand, com exceção do museu que teve o tempo de 15 minutos, para que os estudantes ficassem à vontade para concluir a visita.

Após a exposição, foi efetuada uma dinâmica de perguntas e respostas, na qual foram distribuídos os brindes arrecadados aos que respondessem corretamente as perguntas feitas sobre os assuntos trazidos nos *stands*. Ao final da ação foi aplicado um questionário junto com os professores dos jovens, no intuito deles avaliarem a ação.

Como resultados quantitativos, a ação contou com 39 acadêmicos, 01 professor orientador da disciplina, 93 alunos participantes das 3^o séries do ensino médio no período da manhã das 9h às 11h30 no dia 11 de junho de 2024, 3 professores do Ensino Médio. Os resultados qualitativos demonstraram que “não apenas proporcionou um ambiente educativo e informativo sobre democracia, votação e representatividade política, mas também se destacou pela sua abordagem interativa e participativa”, narrou um professor. Outro descreveu que “o sorteio de brindes para os participantes durante as atividades, ajudou a manter o interesse e a participação, garantindo que o objetivo geral e os objetivos específicos fossem alcançados de maneira envolvente”. Assim, um terceiro professor avaliou que “a ‘Oficina do Eleitor’ não apenas informou, mas também engajou os jovens estudantes, preparando-os melhor para o exercício consciente da cidadania em nossa sociedade democrática”.

Figura 2. Registro fotográfico dos discentes do curso de dDireito com os participantes da 3^o séries do Ensino Médio



Fonte: Acervo da turma do 1^o período do curso de direito, no dia 11 de junho de 2024.

Os resultados alcançados foram dentro das metas estabelecidas no plano de ação. Os 39 acadêmicos do curso de direito, juntamente com o Professor orientador conseguiram incentivar os 93 jovens a buscar conhecimento sobre a política no Brasil e pesquisar sobre os candidatos antes de votar. Também foi possível promover o conhecimento de forma dinâmica, lúdica engajando os jovens na atividade.

Neste sentido, ressalta Soares (2024), que iniciativas socioeducativas, como foi a “Oficina do Eleitor” são de suma importância, na tentativa de proporcionar aos jovens uma compreensão mais clara e abrangente acerca de suas responsabilidades políticas, pois é necessário envolver, mobilizar e conscientizar de forma contínua essa população sobre a importância de participarem do processo eleitoral.

A metodologia baseada na resolução de problemas promove a integração da teoria e da prática, envolvendo a realização de projetos concretos para desenvolver habilidades e

conhecimentos. Isso permite ao aluno aplicar o que aprendeu em situações reais e de forma colaborativa, aumentando a motivação e o envolvimento (Augusto, 2022).

Conclusão ou considerações finais

Em síntese, a Oficina do Eleitor concretizou seus objetivos ao buscar aprofundar as pesquisas sobre o voto e a organização política e administrativa do nosso país, estabelecer parcerias e aplicar dinâmicas interativas e socioeducativas. Os resultados observados, evidenciaram um engajamento promissor dos jovens nas atividades propostas, demonstrando um aumento na sua compreensão sobre o processo eleitoral e a importância do voto consciente.

A disseminação do conhecimento adquirido, através dos livros, artigos e do relatório final, visa ampliar o alcance do projeto e instruir um número ainda maior de jovens sobre seus direitos e a relevância da participação política. A experiência contribuiu significativamente para a formação acadêmica e profissional dos discentes de Direito, proporcionando o desenvolvimento de habilidades práticas em extensão universitária, comunicação e trabalho em equipe, além de consolidar o aprendizado teórico.

No âmbito do desenvolvimento local, o projeto fomentou a conscientização cívica entre os jovens de Dianópolis-TO, capacitando-os para exercerem seu direito de voto de maneira informada e responsável, fortalecendo assim os pilares da democracia e incentivando uma participação mais ativa na construção do futuro da comunidade.

Referências

AUGUSTO, Nuno Miguel. A juventude e a(s) política(s): desinstitucionalização e individualização. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 81, p. 155-177, 2008. Acesso em: 16 abr. 2024.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pirâmide Etária 2022**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/dianopolis/panorama>. Acesso em: 12 abr. 2024.

SOARES, Paulo Henrique. **Vantagens e desvantagens do voto obrigatório e do voto facultativo**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-6-vantagens-e-desvantagens-do-voto-obrigatorio-edo-voto-facultativo>. Acesso em: 16 abr. 2024

TOCANTINS, Tribunal Regional Eleitoral. **Tocantins é o estado com maior número de jovens entre 16 e 17 anos que tiram o primeiro título de eleitor**. Disponível em: <https://www.tre-to.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Marco/tocantins-e-o-estado-com-maior-numero-de-jovens-entre-16-e-17-anos-que-tiram-o-primeiro-titulo-de-eleito>. Acesso em: 12 abr. 2024.

Recebido em 15 de setembro de 2024
Aceito em 10 de novembro de 2025